



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS PIO IX
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

JOSINEIDE DA SILVA

A INCLUSÃO DE LIBRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

PIO IX
2023

JOSINEIDE DA SILVA

A INCLUSÃO DE LIBRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Pio IX.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Antônio Rodrigues.

PIO IX

2023

A INCLUSÃO DE LIBRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Josineide da Silva¹
Miguel Antônio Rodrigues²

RESUMO

A educação infantil é a fase primordial para o desenvolvimento social, motor, psíquico e cognitivo da criança. É nessa fase que o aprendizado é significativo e pode ser lembrado pela vida inteira. Incluir a língua de sinais (Língua Brasileira dos Sinais) nessa fase é considerado importante, pois há uma chance de memorização dos sinais e seus significados maior do que em outras fases da vida escolar. Desse modo, deve-se incluir a Libras no currículo escolar, juntamente com a proposta pedagógica da instituição para que as duas línguas andem lado a lado. Para isso, políticas educacionais são necessárias e os profissionais da educação precisa passar por processo de inclusão através de estudos e capacitações na área de inclusão em Libras. É esperado que os centros de educação infantil tenham um olhar diferenciado para inclusão da língua de sinais e que seja realizado não só em sala que tenham crianças surdas, mas em salas que tenham apenas ouvintes também, para que se tenha um breve conhecimento e a criança quando estiver com uma criança surda ela consiga se comunicar em outros ambientes.

Palavras-chave: educação infantil; Libras; inclusão.

ABSTRACT

Early childhood education is the key stage in a child's social, motor, psychological and cognitive development. It is at this stage that learning is significant and can be remembered for a lifetime. Including sign language (Brazilian Sign Language) at this stage is considered important, as there is a greater chance of memorizing the signs and their meanings than at other stages of school life. Therefore, Libras must be included in the school curriculum, along with the institution's pedagogical proposal so that the two languages go hand in hand. For this, educational policies are necessary and education professionals need to go through an inclusion process through studies and training in the area of inclusion in Libras. It is hoped that early childhood education centers will take a different approach to the inclusion of sign language and that it will be used not only in classrooms with deaf children, but also in classrooms with only hearing children, so that the child will have a brief knowledge and, when with a deaf child, will be able to communicate in other environments.

Keywords: childrenhood education; libras; inclusion.

Data de aprovação: 08/12/2023

¹ Pedagoga. Acadêmica do curso de especialização em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI. E-mail: josineidesilva90@gmail.com.

² Pós-doutor em Educação pela USP. Professor do Instituto Federal do Piauí. E-mail: miguel.rodrigues@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A comunicação dos surdos sempre foi vista apenas como uma necessidade pessoal de se comunicar, e que não teria uma simbologia de gestos uniformes. Os estudos de Willian Stokoe (1978) apud Silveira (2022), analisando a ASL (American Sign Language) nos Estados Unidos na década de 60, perceberam que os gestos usados pelos surdos daquela localidade que estava analisando, tratavam-se de uma língua organizada, com regras gramaticais e sintaxe próprias, e não apenas gestos ou mímica (Silveira, 2022 p. 5). Por muito tempo, foi vista apenas como uma forma de comunicação e não como uma língua que obedecesse às regras e valores existentes em qualquer língua. Rossi, (2000) apud Kezio (2016), afirma que a comunicação é importante para o desenvolvimento social da criança.

Inúmeros estudos e leis foram criadas com a finalidade que a inclusão seja de fato parte da educação. Questionamentos atualmente são levantados e estudados para que a problematização dos preceitos que se configuram na educação infantil, como as políticas educacionais fossem implantadas dentro da escola para que a Libras se torne parte do currículo escolar. É possível que o ensino de Libras seja implantado de fato na educação infantil?

O Ensino de Libras na educação infantil numa visão exterior parece desnecessário para o desenvolvimento do ensino aprendizagem e notavelmente como uma segunda língua. A inclusão da língua dos sinais não se faz necessária somente quando houver uma criança surda, mas trata-se de um processo contínuo que se dá para surdo e ouvintes, havendo criança surda ou não, dentro de sala de aula. O Artigo 58 da Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e bases (LDB) - de 20 de dezembro de 1996, no inciso terceiro diz que a oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados também no inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018). Tendo em vista que, o conhecer na educação infantil é um saber significativo, e que é lembrado ao longo da vida.

O uso da língua dos sinais – Língua Brasileira dos Sinais - tem como componente o gesto-visual, diferente da fala que é usada a oralidade, o movimento do corpo, os gestos e expressão são importantes para a comunicação e para o processo de aprendizagem. Esse projeto busca entender o processo de comunicação na educação infantil; e se a inclusão da Libras facilitaria a troca de experiências entre as crianças. Sabe-se que o aprendizado nessa fase é significativo, e quando é desenvolvido de maneira lúdica o processo de socialização é mais rápido. Incluir a língua de sinais desde a base, para as crianças associarem a língua falada aos gestos expondo significados ao que fala. O aprendizado da Libras é relevante, pois na educação infantil, observa-se que o uso dos sinais auxilia na compreensão da fala e no processo de aprendizagem. Portanto, o tema é importante para aprofundamento de estudo. Além disso, acredita-se que esse estudo possa dar ênfase ao tema e que os educadores venham usar essa ferramenta.

Além dessa introdução, esse estudo é composto pelo Capítulo 2, que apresenta os Procedimentos Metodológicos, explicitando os métodos utilizados para a concretização da pesquisa; O Capítulo 3, que aborda o Processo Histórico da Libras, especialmente no Brasil, considerando a luta da comunidade surda para as conquistas que há atualmente. O subcapítulo 3.1 destaca os Métodos de Comunicação dos Surdos, em conformidade com a singularidade que cada um apresenta. O subcapítulo 3.2 apresenta uma abordagem da Inclusão de Libras nas Escolas, com destaque para o arcabouço legal que regulamenta essa prática. O subcapítulo 3.3 discorre sobre a Importância da Libras na Educação Infantil, como uma proposta de inserção cultural, com prática desde os anos iniciais. E o capítulo 4 sintetiza as Considerações Finais do estudo, com destaque para a necessidade de reflexão acerca de medidas efetivas para a inclusão das pessoas surdas nas escolas, e conseqüentemente, na sociedade.

Tem como justificativa o processo do uso da língua dos sinais dentro da educação infantil fazendo parte do processo de ensino aprendizagem, colocando a criança como centro do conhecimento tanto na língua portuguesa como na língua dos sinais. Os estudos referentes ao uso de Libras na educação infantil têm alguns autores centrais como: Kesio (2016), Fonseca (2021), França (2021), França (2021) entre outros.

Esse trabalho objetiva analisar a importância do uso da língua dos sinais – Língua Brasileira dos Sinais - juntamente com a língua materna no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil; e tem como objetivos específicos: entender o processo histórico da Libras; compreender como ocorre o processo de ensino através de Libras na mediação dentro da sala de aula; descrever o processo de aprendizado das crianças ouvintes e surdas; e associar as línguas faladas e sinais à compreensão das crianças.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa tem a sua fundamentação baseada no estudo e análise de documentos que tenham a surdez com foco voltado às políticas educacionais, descrevendo os lentos avanços ao decorrer dos séculos. Dentre esses documentos pode citar o Congresso de Milão em 1880, Declaração de Salamanca em 1994, o decreto imperial Nº 1.426, de 12 de setembro de 1854 e LDB de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases), sendo os mais importantes para os surdos. Com o objetivo de analisar as falhas desse sistema em cada época, observando o comportamento e a demora em entender o potencial dos surdos em se comunicar e ser inclusos dentro da rede educacional. Para entender o trabalho, está dividido da seguinte forma, realiza-se um breve histórico detalhando conceitos, a visão dentro da sociedade, os primórdios da inclusão da pessoa no sistema educacional e leis que visam o processo de inclusão.

Realizou-se uma análise sobre como eram atendidos os diretos das pessoas com surdez e como isso acarretou numa exclusão desumana e degradante. A família, primeira instituição social, era quem mais cometia os abusos para manter o padrão de perfeição imposta pela sociedade. Em seguida, relata-se como o processo de inclusão chegou ao Brasil e trouxe benefícios para os surdos; como o congresso de Milão desencadeou um retrocesso no processo de inclusão e a Declaração de Salamanca trouxe a visão de inclusão verdadeiramente.

Em seguida, realizou-se uma busca e análise sobre os métodos de comunicação de surdos e autores que se desempenharam para entender como acontecia esse enlace da comunicação, trazendo um breve histórico sobre esse processo no decorrer dos séculos, relatando desde a visão do processo de comunicação natural ao bilinguismo. Em seguida, realiza-se uma análise baseada nas leis e decretos brasileiros que viabilizam a inclusão de Libras nas escolas. Ressalta-se que houve vários processos para chegar ao ideal, lembrando os históricos dessas leis até o mais recente, contendo também visões de autores que enaltecem a inclusão educacional.

Para entender a importância da Libras na Educação Infantil, realiza-se um estudo de acordo com o pensamento de França (2021) que aborda o desafio da inclusão dentro do contexto da Educação Infantil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso da língua dos sinais – Língua Brasileira de Sinais - passou por vários processos até chegar a ser obrigatório nas escolas. Para entender esse percurso, ressalta-se que nos primórdios as famílias ouvintes “escondiam” os filhos surdos pela “vergonha” de ter concebido uma criança deficiente, por serem considerados seres incapacitados, sem direitos e viviam isolados da sociedade (Monteiro, 2006). Algumas famílias não faziam uma exclusão total, desde que a pessoa surda tivesse força física para desenvolver atividades braçais (Goldfeld,

1997 apud Poker, 2002). A crença de que a pessoa com surdez era uma pessoa primitiva, fez com que persistisse até o século XV a ideia de que ele não poderia ser educado. Sendo assim, tais pessoas viviam totalmente à margem da sociedade e não tinham nenhum direito assegurado, como por exemplo, a proibição de realizar testamentos e receber heranças (Reis, 1992 apud Poker, 2002). Conforme Reis (1992) no seu livro cita que Fornari afirma que "Cardano foi o primeiro a afirmar que o surdo deveria ser educado e instruído, afirmando que era crime não instruir um surdo-mudo". A concepção de surdo incapaz, um verdadeiro imaginário em relação ao surdo, foi criada por meio de concepções absurdas e grotescas.

3.1 PROCESSO HISTÓRICO DA LIBRAS

No Brasil, houve uma preocupação com as pessoas surdas. O imperador D. Pedro II, em 1857 buscou atender à sociedade com o apelo da comunidade, então o monarca procurou profissionais para desenvolver o trabalho, criando um instituto onde atendia crianças surdas.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos é uma escola centenária, a primeira escola de surdos no País, que abrigou e educou vários dos líderes surdos de todo o País, representando o berço e resistência da língua de sinais e da cultura surda. Alunos surdos, formados no INES, no retorno às suas cidades de origem, fundaram associações de surdos, o que propiciou a formação da Identidade Linguística da Comunidade Surda aflorada por todo o país. Por isso, consideramos o INES como o berço da nossa língua de sinais e da nossa cultura surda. Faz todo sentido essa mobilização ter repercutido em todo o País contra a ameaça de fechamento do INES. (Campello; Rezende, 2014, p. 77).

A iniciativa trouxe várias conquistas para os surdos, sendo como principal, o redesenvolvimento da língua de sinais própria de nosso país. A linguagem dos sinais no Brasil teve um profissional brilhante que através da sua história e conquistas, o professor francês Ernest Huet, veio para o Brasil a convite do Imperador D. Pedro II e fundou em 1857, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. A Língua de Sinais Francesa exerceu forte influência na criação da Língua Brasileira de Sinais – Libras (INES, 2019). Todavia, para Silva (2006), no Congresso de Milão que aconteceu em 1880, ficou demonstrado que os surdos não tinham problemas fisiológicos e que a linguagem dos sinais fosse banida das práticas educacionais e sociais dos surdos, adotando o método da oralização. Enfraquecendo no Brasil o sistema de ensino implantado por Huet no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Nesse sentido, Silva (2006) ressalta que:

Ainda que seja uma tradição mencionar seu caráter decisivo, o Congresso de Milão, de 1880 - onde os diretores das escolas para surdos mais renomadas da Europa propuseram acabar com o gestualismo e dar espaço à palavra pura e viva, à palavra falada - não foi a primeira oportunidade em que se decidiram políticas e práticas similares.[...] Apesar de algumas oposições, individuais e isoladas, o referido congresso constituiu não o começo do ouvintismo e do oralismo, mas sua legitimação oficial [...] o ouvintismo, ou o oralismo, não pode ser pensado somente como um conjunto de ideias e práticas simplesmente destinadas a fazer com que os surdos falem e sejam como os ouvintes. Convivem dentro dessas ideias outros pressupostos: os filosóficos - o oral como abstração, o gestual como sinônimo de obscuridade do pensamento; os religiosos - a importância da confissão oral, e os políticos - a necessidade da abolição dos dialetos, já dominantes no século XVIII e XIX (Skliar, 2010, p. 16-17 apud Silva, 2006).

Ao longo do tempo, a ciência clínica visualizou e experimentou inúmeras tentativas de cura do que, numa visão socioantropológica, é incurável: a subjetividade e a condição humana de ser um indivíduo surdo (Garcia, 2012 p. 42). Os surdos no decorrer dos anos sofreram pressões sociais e as leis que proibiam a língua dos sinais, pois segundo Garcia (2012, p. 42), “a Libras venceu o tempo e se mostrou legítima enquanto língua humana, permanecendo viva na sociedade e posicionando-se como elemento fundante do psiquismo do surdo brasileiro”. Sendo assim, desmistifica as concepções das teorias clínicas que afirmaram que surdez tinha cura.

A partir da Declaração de Salamanca (1994), produzida pela ONU (Organização das Nações Unidas), a sociedade avançou para o paradigma atual da inclusão. Com a elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), qualquer tipo de deficiência passou a ser entendida numa perspectiva social e de direitos humanos, como elemento da diversidade humana. Mendes (2022) ressalta a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, destacando o artigo 2.

Pelo texto da Convenção, as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Esse conceito localiza a deficiência enquanto construção social, situação de opressão e passa a responsabilizar a sociedade por promover a inclusão de todos, retirando o foco do impedimento do sujeito e atentando-se às barreiras que lhes são impostas (Mendes, 2022 p. 10)

Contudo, os avanços de inclusão foram significativos, a sociedade torna-se responsável pela inclusão, tendo em vista que a sociedade não está apta para receber esses deficientes. A falta de informação e de empatia torna a inclusão mais difícil, não somente na sociedade, mas no meio familiar. Na sociedade ainda permanece o tabu arcaico de que deficiente não é um ser capaz de se desenvolver socialmente. Contudo, os avanços de inclusão foram significativos, ao observar as leis que mesmo congelados por décadas, voltaram o seu olhar para os deficientes auditivos, oportunizando direitos que outrora não era cabíveis. Percebe-se que as informações sobre acolhimento, compreensão, participação e equidade estão sendo transmitidas a todo instante nas redes sociais, sensibilizando a população e dando espaço para os deficientes participar de sua comunidade e negando a existência de uma sociedade injusta.

3.2 MÉTODOS DE COMUNICAÇÃO DE SURDOS

A comunicação não ocorre apenas pela oralidade, para os surdos, vai além dos gestos e de compreensão labial, como afirma Góes (2020) citando estudiosos:

“A corrente de comunicação total propõe o uso de múltiplos meios comunicativos, por meio de recursos linguísticos e não linguísticos, combinando sinais, oralização, leitura orofacial, gestos, linguagem escrita, datilologia (soletração manual), pantomima, desenho etc (Evans, 1982: Ciccone, 1990; Moura, 1993 apud Góes, 2020 p.14).”

O surdo não está alheio ao mundo, a sua linguagem mesmo que incompreendida é desenvolvida ao longo de sua vida. A linguagem acompanha o sujeito desde o seu nascimento, sendo através do choro, olhar entre outros, vai se desenvolvendo ao longo da vida como afirma Garrutti-Lourenço (2017).

Em uma retomada do papel da linguagem no desenvolvimento dos sujeitos a partir da perspectiva teórica de Vygotsky, lembramos que as linhas de evolução da fala e do pensamento no início da vida do homem seguem cursos diferentes: num primeiro momento, o pensamento é não verbal, e a fala, não intelectual (Garrutti-Lourenço, 2017 p.4)

O autor Góes (2020) afirma que por muito tempo predominou - e ainda persiste - uma interpretação dos sinais como recursos comunicativos icônicos, naturais e universais e afirma também que não consistem de gestualidade "natural"; pelo contrário, realizam-se enquanto diferentes línguas. Fonseca (2021) traz um conceito simples de Libras.

Ao contrário do que muitos acreditam e reproduzem, a LIBRAS não é uma linguagem, e sim uma língua, pois é falada por um povo; possui regras, estruturas, sintaxe, semântica e pragmática própria, bem definida e delimitada. Já a linguagem é o mecanismo usado para transmitir nossas ideias e pode ser tanto de forma verbal quanto não verbal. Um outro ponto importante a se observar, é que, nessa língua, cada palavra possui um sinal próprio e, quando ainda não há um sinal, podemos identificá-la com ajuda da datilologia, ou seja, com a soletração por meio do alfabeto em LIBRAS (Fonseca, 2021 p.6).

Dessa maneira, Junior (2018) ressalta que pesquisas constatarem que as línguas de sinais, utilizadas pelas comunidades surdas para comunicação em contextos sociais, são línguas naturais estruturadas gramaticalmente. Ele ressalta no seu artigo os pensamentos de Quadros; Karnopp (2004) apud Junior (2018) que a definição da característica atribuída a língua natural, em específico afirma:

[...] uma língua natural é uma realização específica da faculdade de linguagem que se dicotomiza num sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frase. Além disso, a utilização efetiva desse sistema, com o final social, permite comunicação entre os usuários (Quadros; karnopp, 2004, p. 30).

Em seu estudo, Poker (2002) ressalta que os métodos de ensino para a comunicação se dividem em três abordagens principais que produziram muitas formas de se trabalhar com o aluno surdo. São elas: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo, e compreender cada uma delas se faz necessário.

Enquanto, o autor Kesio (2016) explica que no Oralismo, a surdez é uma deficiência que necessita ser minimizada, visando que o surdo viva e seja igual ao ouvinte. Dessa forma, ele ressalta que médicos especialistas trabalham em conjunto para buscar resíduos auditivos por meio de aparelhos. Kesio (2016) cita que:

A metodologia é pautada no ensino de palavras e tais atitudes respaldam-se na alegação de que o surdo tem dificuldade de abstração. Aprender a falar tem um peso maior do que aprender a ler e a escrever. Assim, o surdo é considerado como deficiente auditivo que deve ser curado, corrigido e recuperado (Sales; et all, 2004. p. 55-56 apud Kesio, 2016 p.171).

Então com o método oralista o deficiente auditivo não era mais considerado um deficiente, quando atingisse a oralização, já que acreditavam que estavam incluídos na sociedade. Só que esse método fracassou, pois os índices de reprovação nas escolas foram exuberantes e o índice de surdos que obtiveram êxito foi muito pequeno. Somente a oralização não é suficiente para desenvolver a língua falada, envolve mais que isso. Ao colocar o

aprendizado da língua oral como o objetivo principal na educação dos surdos, muitos outros aspectos importantes para o desenvolvimento infantil são deixados de lado com afirma Goldfeld (2002) apud Kesio (2016).

A Comunicação Total veio para “salvar” os deficientes auditivos do método oralista, pois esse tipo de comunicação usa não apenas a oralização, mas a sinalização e os gestos para a comunicação, tendo a língua falada como base para a compreensão. Kesio (2016) diz que esta Filosofia é de grande relevância para o desenvolvimento dos aspectos sociais, cognitivos e emocionais, defende também, a utilização de recursos espaço viso-manuais e cita também que

E, dessa maneira, seja pela linguagem oral, seja pela de sinais, seja pela datilologia, seja pela combinação desses modos que, por ventura, possam permitir uma comunicação total, seus programas de ação estarão interessados em “aproximar” pessoas e permitir contatos... facilitar ao surdo sua integração efetiva na comunidade em que ele vive, e na sociedade em que deve participar, com direitos e deveres; respeitada sua diferença, oferecendo-lhe as condições adequadas ao seu bom desenvolvimento psicolinguístico, facilitando-lhe, assim, o acesso ao saber daquela sociedade, através de um programa escolar eficiente (Ciccone, 1990, apud Kesio, 2016 p. 173).

O Autor Kesio (2016) observa que, a Língua de Sinais na Comunicação Total continua apresentando dificuldades de aprendizagem no requisito leitura e escrita.

E conclui que isso acontece em virtude de que, a Língua de Sinais, ao ser usada nas práticas dessa Filosofia, suas características linguísticas não têm sido respeitadas, como uma verdadeira língua, sendo então utilizada apenas como um subsídio para aprendizagem e não como um elemento principal para o acontecimento da aprendizagem (Kesio, 2016. p 174).

A Língua Oral e Língua de Sinais tornaram-se um obstáculo para os surdos, a associação dos dois no processo de aprendizagem dificultou a compreensão, já que o uso do alfabeto gestual faz a compreensão de letras e conseqüente as palavras. Então, os sinais tiveram maior ênfase que a oralidade e para os surdos era a melhor forma de comunicação porque era mais rápida e precisa. Kesio (2016) cita que a da comunicação total “considerou o surdo uma pessoa capaz e a surdez repercutiu nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo do surdo”.

Logo, surge o bilinguismo que é o uso de dois idiomas, ou seja, para os surdos, a língua natural e a língua do seu país de origem, sendo a leitura e a escrita uma integração de surdos com os ouvintes assim como afirma Kesio (2016). Para Goldfeld (2002), o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez.

Há, no entanto, duas maneiras distintas de definição da filosofia bilingue. A primeira acredita que a criança surda deve adquirir a língua de sinais e a modalidade oral da língua de seu país, sendo que posterior a criança deverá ser alfabetizada na língua oficial de seu país. Entretanto, autores como Sanches (1993) acreditam ser necessário para o surdo adquirir a língua de sinais e a língua oficial de seu país apenas a modalidade escrita e não na oral. (Goldfeld, 2002 pag. 44)

Muitas questões são levantadas sobre o bilinguismo dentro das escolas, uma parte dos surdos encontra dificuldades de associar oralidade com a escrita. Portanto, para Kesio (2016) é necessário colocar uma "proposta educacional para os surdos o mais cedo possível, pois, em contato com a língua de sinais o aluno aparecerá com um desenvolvimento rico e pleno da

linguagem”, dando ênfase a afirmação do autor, na Educação Infantil que começa a ter contato com a língua dos sinais.

3.3 A INCLUSÃO DE LIBRAS NAS ESCOLAS

O ensino de Libras nas escolas é uma obrigatoriedade assegurada pela “Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015” que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) na qual o Artigo 4º ressalta que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. E o Parágrafo único do capítulo IV ressalta que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Marques I; Barroco & Silva (2013) publicou na Revista Brasileira de Educação Especial que em uma proposta bilíngue de educação de surdos, a apropriação pela criança de uma língua viva, que possa ser acessada sem barreiras sensoriais - portanto, uma língua gestual - pressupõe a atuação de professores e intérpretes de língua de sinais. Lacerda (2008) apud Marques I; Barroco & Silva (2013), afirma que na educação infantil o intérprete também assume a postura de educador, ensinando sinais e ampliando a compreensão da língua gestual para a criança surda. Assim, temos que essa língua assume caráter instrumental e compensatório.

As escolas públicas devem adotar o bilinguismo, para que a criança desde cedo já seja instruída ao uso da Libras e da Língua de origem. O ideal é uma aprendizagem ampla visando os direitos de aprendizagens, é tão importante que uma criança surda estude em uma escola bilíngue. Mais importante ainda que a escola pública, sobretudo a escola que oferece e propõe a educação infantil, adquira, compre a ideia e se reformule a partir dessa perspectiva do bilinguismo por meio de LIBRAS (Fonseca, 2021 p. 3).

Não se trata só de ensinar a Libras, vai mais além, a identidade da criança, a construção de valores e sua importância de pertencer ao mundo. Desenvolver uma relação de poder, ter domínio de uma fala, participar de uma conversa, uma brincadeira, compreender e ser compreendido pelos que o rodeiam.

3.4 A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em seus achados, o autor França (2021) relata os desafios da inclusão, citando que “a inclusão é um desafio que provoca mudanças na escola, redefinindo novas alternativas pedagógicas, que viabilizem a todos os alunos, o que implica na renovação e fortalecimento de conceitos e em práticas escolares pertinentes com essa grande incitação. Não é uma tarefa fácil desenvolver o trabalho de inclusão dentro da Educação Infantil. Porém, é necessário desenvolver um trabalho de inclusão, não apenas alguns dias no mês, mas, diariamente. Políticas de apoio devem ser criadas para que realmente aconteça o uso de libras para crianças pequenas juntamente com a oralização. Fonseca (2021) explica a importância do acesso de Libras que sendo tardio, fora da faixa da educação infantil, “pode comprometer ou postergar o desenvolvimento da linguagem, e por consequente, atropelar as etapas de aprendizagem e desenvolvimento escolar-acadêmico”. França (2021) também afirma que:

O aluno surdo entra na escola sem domínio de uma língua, ele terá que, ao mesmo tempo, constituir a língua e compreender os conceitos, gerando um atraso na aprendizagem. Focar na aquisição de materiais direcionados a estes alunos, proporcionará um ambiente mais agradável e em consequência uma interação maior entre o professor e aluno (França, 2021 p. 6)

A mediação tem que ser atendida não só pelo surdo como pelo ouvinte. E quando os direitos das crianças são atendidos, conseqüentemente, a aprendizagem será significativa. Fonseca (2021) discute a questão do respeito linguístico e que “deve se iniciar nos primeiros anos de vida, quando a linguagem já deve fazer parte do contexto da criança a partir de suas interações sociais, das mais diversas possíveis.”

Os recursos são metodologias indispensáveis para o ensino aprendizagem. Elas são ferramentas essenciais na mediação do processo de comunicação e alfabetização da criança surda e ouvinte. O mesmo autor salienta que um acesso tardio a Libras, fora da faixa da educação infantil pode ainda comprometer ou postergar o desenvolvimento da linguagem, que é a fase mais importante, e por consequente, atropelar as etapas de aprendizagem e desenvolvimento escolar-acadêmico.

Para que se tenha uma escola bilíngue, a ferramenta primordial é o professor. Fonseca (2021) explicita que é importante a capacitação docente por meio da formação continuada de sua prática reflexiva na educação infantil. Sem o olhar diferenciado e inclusivo do professor, nada acontece dentro da sala de aula

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou compreender como o processo de educação de Libras consolidou-se, buscar entender o processo histórico da inclusão, fazendo compreender quais razões existentes para que não houvesse a inclusão do surdo na escola e na sociedade. Concluindo assim que as famílias era a primeira a excluir, por medo do seu filho sofrer represália (*bullying*) ou vergonha que a sociedade não o aceitasse como ele é. Faz-nos repensar o quanto sofrimento essas crianças sentiam, sendo que até nos dias atuais essas crianças são comumente chamadas de “mudinho”, “mudinha”, fazendo permanecer a ignorância que lutamos para exterminar.

A existência de leis e documentos que permeiam o processo de inclusão escolar continua sendo um impasse para concretizar dentro da escola. A inclusão educacional abre um leque de situações que precisa ser analisado e refeito para que os alunos possam ter uma educação de qualidade. Espera-se que esse artigo, venha a contribuir para que a relevância da inclusão de Libras seja repensada, e verdadeiramente incluída na escola como segunda língua, e que a educação de Libras seja incluída nos Centros de Educação Infantil; que as instituições obedeçam às leis e tenham um olhar diferenciado para inclusão da língua de sinais para crianças surdas e ouvintes na Educação Infantil; que o professor possa entender a importância desse estudo como ferramenta para desenvolver seus objetos de estudos, e que busquem focar nessa ferramenta como auxílio nos trabalhos pedagógicos das crianças, buscando formações e cursos para implementação em sala de aula; e as escolas abracem essa causa e não esperem que recebam primeiro uma criança surda para se pensar em mediação e inclusão, e sim, a escola já realize suas atividades visando o acolhimento das crianças com suas deficiências.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE LIBRAS. **História da Libras** – Saiba como Surgiu a Língua Brasileira de Sinais. Novembro 27, 2019. Disponível em: <https://academiadelibras.com/libras/historia-da-libras>. Acesso em 08/04/2023

ACADEMIA DE LIBRAS. **Primeira Escola de Surdos no Brasil 1857 (INES)**. Dezembro, 23, 2019. Disponível em: <https://academiadelibras.com/blog/primeira-escola-de-surdos-no-brasil-1857>. Acesso em 08/04/2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de**

1996.

BRASIL. **Decreto imperial Nº 1.426, de 12 de setembro de 1854.** Crea nesta Côrte hum Instituto denominado Imperial Instituto dos meninos cegos.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, p. 71-92, 2014.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro; SANTOS, Lara Ferreira dos. Ensino de LIBRAS para futuros professores da educação básica. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2011. Cap. 8, p. 139-152

CARVALHO, Vanessa de Oliveira; DA NÓBREGA, Ms^a Carolina Silva Resende. **A história de educação dos surdos:** o processo educacional inclusivo. II Seminário Potiguar: Educação, Diversidade e Acessibilidade – uma questão de efetivação de direitos, 2015.

CICCONE, M. Comunicação Total. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 24, p. 68-77, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FRANÇA, Michelle Gonçalves Beserra; BARROSO, Maria Cleide Silva. O uso de libras com alunos surdos nas disciplinas de Matemática e Ciências. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e22610614886-e22610614886, 2021.

FONSECA, Suely Ferreira do nascimento; ARAÚJO, Rummenigge Medeiros de. Aquisição de Libras na educação infantil. **Revista Faculdade FAMEN | REFFEN** | ISSN 2675-0589, v. 2, n. 1, p. 111-129, 2021.

GARCIA, Eduardo de C., **O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras** –. 1ª edição – Salto, SP: Schoba, 2012.

GARRUTTI, Lourenço, E. A. (2017). **Contação de histórias para crianças ouvintes e surdas.** In E. A. Garrutti-Lourenço (Coord.), Educação bilíngue para surdos, (pp.73-86). Editora Alameda.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação.** Autores Associados, 2020.

GONÇALVES, Alisson Gomes et al. Sobre o ensino de língua portuguesa e de Libras na escola inclusiva: a perspectiva dos alunos surdos envolvidos. **Educere et Educare**, p. 69-82, 2012.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda:** linguagem e Cognição Numa Perspectiva Sociointeracionista. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda: linguagem e Cognição Numa Perspectiva Socio-interacionista**. 2 ed. São Paulo: Plexus, 1997.

JUNIOR, Luiz Antonio Zancanaro. **Desempenho linguístico na língua de sinais brasileira de estudantes surdos de ensino médio em escolas inclusivas e em escolas bilíngues para surdos**. Orientadora Marianne Rossi Stumpf, 2018. 213 p.

KÉSIO, Gérison Fernandes Lopes. **Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos**. 2016.

LACERDA, C. B. F. de ; BERNARDINO, Bruna Mendes . O INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: FOCALIZANDO SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Espaço (Rio de Janeiro. 1990), v. 28, p. 28-40, 2008. Disponível em:

<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/169.pdf>

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

MARQUES; H. C. R.; BARROCO, S. M. S.; SILVA, T. S. A. **Crianças ouvintes e surdas: considerações com base na Psicologia Histórico-Cultural**. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília*, v. 19, nº 4, p. 503-518, out./dez. 2013.

MENDES, Instituto Rodrigo. **Recomendações de políticas de educação inclusiva para governos estaduais e federal educação inclusiva**. Agosto de 2022.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?** *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

MONTEIRO Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. ETD – **Educação Temática Digital, Campinas**, v.7, n.2, p.292-302, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592.

MUNCINELLI, Sandra Elisa. **Libras: língua brasileira de sinais**. Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791), v. 1, n. 1, p. 27-33, 2013.

POKER, Rosimar Bortolini. **Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez**. Unesp. Libras à Distância. 2002. Disponível em https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/Modulo2/m2a2_texto2.pdf , 2023.

REIS, V.P.F. **A criança surda e seu mundo: o estado da arte, as políticas e as intervenções necessárias**. Dissertação de mestrado. UFES, 1992.

ROSSI, T. R. de F. Um Processo em Direção ao Bilinguismo. In: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000, 103 – 105.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação Bilíngue para surdo. Interfaces entre pedagogia e linguística**. 4 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

SILVEIRA, Luciane Cruz. Toponímia em libras: a criação de novos sinais de libras referentes aos bairros de Petrópolis. **Porto das Letras**, v. 8, n. 2, p. a22001-a22001, 2022.

SILVA, Ariadne Cardoso Souza. **A importância do ensino de Libras na educação infantil: desafios e dificuldades na ausência de professor bilíngue**. 2020.

SILVA, Vilmar. **Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880**. 2006.